

## Acta nº 4/2000

Aos vinte e três dias do mês de Setembro do ano dois mil, pelas nove horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Actividade e Situação Financeira da Autarquia;
2. Quadro de Pessoal;
3. Derrama;
4. Taxa de Contribuição Autárquica;
5. Estatutos da Associação Norte Cultural - Aprovação;
6. Transporte de Alunos em Circuitos Especiais na Área do Concelho de Montalegre - Ano Lectivo de 2000/2001 - Concurso Público - Autorização

Registando-se quorum, estiveram presentes quarenta e nove membros.

O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. A acta da sessão anterior foi posta a votação, tendo sido aprovada por maioria com seis abstenções.

Devido à ausência do 1º Secretário, o Senhor Presidente da Assembleia chamou, para completar a constituição da Mesa, o deputado António Bernardes Fidalgo.

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento da correspondência recebida, nomeadamente da seguinte moção sobre a rectificação da EN 103, vinda da Câmara Municipal de Vieira do Minho:

"1 - O desenvolvimento dos concelhos de Vieira do Minho, Montalegre, Póvoa de Lanhoso e Terras de Bouro, está profundamente dependente da EN 103, realidade que levou os referidos municípios ("nos últimos anos") a pugnar pela rectificação da referida EN;

2 - Foi com agrado que assistimos à intervenção na referida estrada entre Braga e Pinheiro/Póvoa de Lanhoso;

3 - É com manifesta apreensão, desagrado e repúdio que verificamos que as obras em curso, entre o já referido cruzamento de Pinheiro e Serzedelo, não correspondem às expectativas que a 1ª fase da obra(Braga/Pinheiro) nos criou;

4 - De facto, a obra em curso condena em definitivo o desenvolvimento dos concelhos de Vieira do Minho e Montalegre, contribuindo, em simultâneo, para o aumento da perigosidade da referida via;

5 - São criadas curvas verdadeiramente assassinas a que acrescem as mais que polémicas colocações de separadores que em muitas situações surgem em cima de curvas;

6 - Assim, por unanimidade, a Câmara Municipal de Vieira do Minho repudia a obra em curso, solicitando ao Ministro da Tutela e organismos relevantes, uma intervenção urgente no sentido de obstar à presente situação. Mais foi deliberado enviar o teor da presente moção ao Ministro da tutela, às Câmaras e Assembleias Municipais da Póvoa de Lanhoso, Montalegre, Vieira do Minho, Terras de Bouro e ICERR."

Posta a votação a moção foi aprovada por unanimidade.

O Senhor Presidente explicou à Assembleia Municipal a justificação da falta à sessão do dia 11.12.99 do deputado Cândido Jorge Barroso Gonçalves e, não se verificando negligência na sua justificação, a Assembleia aprovou-a por unanimidade.

### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

Inscreveram-se para intervir os deputados Acácio Gonçalves, Alberto Martins, José Rodrigues, Rogério Borrallheiro, Guilhermina Costa, José Coelho, António Ferreira, Fernando Calvão, Domingos Vasconcelos, António Azevedo, Ricardo Moura, Paulo Barroso, Joaquim Pires e Manuel Duarte.

O deputado Acácio Gonçalves disse que as obras que estão a decorrer no concelho, e que estão entregues à firma José Moreira Fernandes, Ld<sup>a</sup>, estão a decorrer em ritmo muito lento como é o caso do saneamento de Meixedo e a obra do Castelo, o que é uma vergonha. Os passeios da Escola e o Parque de Campismo de Penedones também estão a decorrer em ritmo muito lento. Perguntou qual a contrapartida assumida pelo Sr. João do Cinzas referente ao processo do edifício Montalegre. Disse que a estrada do Barracão a Morgade é muito movimentada por causa do Matadouro e que também faz falta à população daquela zona, mas actualmente encontra-se cheia de buracos. Terminou, informando que o museu do Sr. Fernando Moura é visitado por bastante gente. Pediu à Câmara que o apoie ou então que faça o museu etnográfico já prometido.

O deputado José Rodrigues disse que a Câmara prepara-se para gastar mais uns milhões com a Pista Automóvel. Na sua opinião não há razão para se gastar mais dinheiro por ser uma infra-estrutura que não vai servir ninguém.

O deputado Rogério Borrallheiro perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se a proposta da última sessão sobre o loteamento industrial de Salto Ihe tinha sido entregue e se está disposto a tomar uma posição. Disse que se pode estar a gerar um conflito entre os produtores de gado Barrosão e os produtores dos cruzados dos lameiros de Barroso. Pediu ao senhor Presidente que dissesse quais as linhas estratégicas apoiadas pela Câmara para a Feira da Vitela. Em relação ao orçamento atribuído à Feira, 10.000 contos considerou, que foi excessivo. Perguntou onde foi feita a sua aplicação. Lançou o alerta de que a delegação da Polícia Judiciária iria sair de Chaves e de Vila Real e se isso acontecer é uma decisão que prejudica muito as gentes de Trás-os-Montes. Falou da preservação do património público do concelho e das freguesias, nomeadamente em Salto onde verifica que alguns terrenos de baldios e logradouros comuns são ocupados por algumas empresas e perguntou quem vendeu o terreno para a construção das bombas de gasolina. Falou também da água chamada do Borrallheiro ou do Capitão que é pública e desapareceu. No entanto, tem conhecimento que a Junta de Freguesia tem estado a desenvolver esforços para tentar recuperá-la.

O deputado Alberto Martins pediu um minuto de silêncio em memória do Presidente da Junta de Montalegre, Manuel Domingos Lopes, falecido recentemente. Seguidamente respondeu, como Presidente da Junta de Freguesia de Salto, às questões levantadas pelo deputado Rogério Borrallheiro e disse que, em relação aos terrenos da discoteca e das bombas de gasolina, a Assembleia de Freguesia colocou editais no sentido de oferecer os terrenos a quem quisesse investir em Salto. Apareceram os proprietários da discoteca e das bombas. A discoteca ficou a meio, mas pensa que ninguém está arrependido por se ter oferecido o terreno para as bombas de gasolina porque Salto ficou dotado de uma boa estação de serviço. Em relação à água do Borrallheiro, informou que esta nasce num sítio privado e quando desapareceu a vizinhança discutiu de forma pouco educada com o proprietário que agora não deixa ninguém entrar no terreno. Espera-se que ele amoleça e reconsidere para que se reponha a situação porque ninguém gosta de ver a fonte do Borrallheiro seca. Seguidamente lembrou alguns assuntos importantes para a sua freguesia e que estão a preocupar as populações e a autarquia. Perguntou se são ou não reduzidos os preços dos lotes na zona industrial de Salto; para quando o regulamento e a entrega das casas do Bairro Novo e do Bairro da Guarda, nas Minas da Borralha; em que situação está o processo do Quartel dos Bombeiros de Salto; se no próximo ano arranca a Habitação Social na freguesia de Salto. Disse que já que vem aí o novo plano para 2001 e pediu a rectificação e repavimentação da estrada municipal entre Salto e Linharelhos. Os grupos desportivos do concelho vivem com muitas dificuldades, cada vez mais as despesas são maiores, as deslocações são muitas e eles devem representar condignamente o concelho, não só em termos de resultados, mas mesmo em transportes, equipamentos e motivação. Por esse motivo o Presidente da Junta disse que gostava de ver as verbas aumentadas significativamente aos grupos desportivos pois só assim eles têm algumas possibilidade de competir como os outros, oriundos dos outros concelhos, onde as verbas concedidas são mais elevadas. Referiu que os terrenos escolhidos para o futuro complexo desportivo de Salto devem ser adquiridos o mais rápido possível para o processo do mesmo se iniciar o mais breve possível pois estas infra-estruturas são extremamente necessárias para uma melhor e mais saudável prática desportiva da juventude e não só do Baixo Barroso. Terminou a sua intervenção, dizendo que a freguesia de Salto é grande e contribui muito para as verbas que a Câmara recebe, por isso é de inteira justiça que esta contribua cada vez mais para o seu desenvolvimento até porque, devido à distância, muitas das infra-estruturas construídas na sede do concelho pouco beneficiam os habitantes de Salto.

A deputada Guilhermina Costa disse que as casas dos magistrados não têm condições de habitabilidade e isso afecta toda a população porque os juízes mais experientes não vêm para aqui e apresentou a seguinte proposta de recomendação:

"A bancada do Partido Social Democrata propõe a esta Assembleia que seja votado o seguinte:

Dada a importância que a existência de condições de habitabilidade das casas dos magistrados desta vila tem para o concelho, deve a Câmara Municipal de Montalegre diligenciar junto do Ministério da Justiça, como já outras Câmaras têm vindo a fazer, para com estes celebrar um protocolo, no sentido de a Câmara promover as obras de restauro necessárias. Montalegre, 23 de Setembro de 2000."

O deputado José Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Viade de Baixo, perguntou se a fossa que a Câmara fez junto do restaurante Sol e Chuva é para benefício deste ou se é para todo o bairro. Pediu ao Senhor Presidente da Câmara para que enviasse um técnico para ver alguns arruamentos na sua freguesia no sentido de se poderem resolver alguns problemas que se arrastam há algum tempo. Pediu ainda a colocação de contadores de água na aldeia de Viade de Baixo.

O deputado António Ferreira disse que ficava bem a qualquer um dos deputados presentes na sessão que a primeira intervenção fosse em relação ao falecimento do Presidente da Junta de Montalegre. Deveria haver um voto de pesar redigido pela bancada do PSD para se enviar à família. Em relação às obras em Montalegre pensou que alguém dissesse que a vila está revirada do avesso e deu como exemplo a rua do Avelar e a rua Padre José Alves que decorrem a um ritmo mais ou menos rápido. Em relação à Pista Automóvel disse que tem assistido a várias provas e disse que se aquilo que lá viu não é rentabilizar a pista então não sabe o que é rentabilizar. Pediu que se concluíssem os 20 metros que dão acesso ao cemitério da aldeia de Sirvozelo.

O deputado Fernando Calvão disse que alguns comentários que se fizeram acerca do falecimento do Presidente da Junta de Montalegre tinham sido desnecessários porque o Manuel Nabuco dificilmente será esquecido e apresentou o seguinte Voto de Pesar.

"Exmº Senhor Presidente,  
Sr.s Deputados,

Como é do conhecimento de todos, faleceu há alguns dias um Deputado desta Assembleia Municipal, o Sr. Manuel Domingos Lopes.

Presidente da Junta de Montalegre, eleito categoricamente em sucessivos mandatos a partir de 1982, o Manuel Nabuco foi sempre um homem de fortes convicções.

Autarca dinâmico, legou aos vindouros obra por todos reconhecida, quer a nível da Junta de Freguesia, quer a nível de outros quadrantes sociais em que esteve envolvido.

A sua forte personalidade e as suas convicções nunca o impediram de ter o melhor relacionamento com os diferentes Órgãos Autárquicos, dado que foi sempre um homem reconciliador.

Pelo exposto, proponho a esta Assembleia a aprovação de um Voto de Pesar pela inesperada morte deste competente e dinâmico autarca.

Montalegre, 23 de Setembro de 2000"

Disse ainda que o Sr. Manuel ajudou a resolver um problema grave em Montalegre - a habitação social. No bairro foram atribuídos nomes a algumas ruas que não dizem grande coisa às pessoas. Sugeriu que se desse o nome de Manuel Domingos Lopes a uma dessas ruas. Solicitou ao senhor Presidente da Câmara que fornecesse o máximo de informação sobre as obras que se vão realizar no castelo para que a Assembleia se possa pronunciar porque os técnicos do IPPAR são meros arquitectos que não têm formação

sobre História da Arte. Terminou a sua intervenção manifestando-se contra o investimento que se vai fazer na zona do gimnodesportivo.

Finda a intervenção do deputado Fernando Calvão, o Senhor Presidente da Assembleia pôs a votação o Voto de Pesar que foi aprovado por unanimidade.

O deputado Ricardo Moura, Presidente da Junta de Freguesia de Padornelos, disse que a sua freguesia é muito procurada por turistas e que não tem verbas para melhorar as infra-estruturas. Houve a hipótese de ir buscar rendimentos ao parque eólico mas, como toda a gente sabe, esse projecto foi “por água abaixo”, sendo a oposição a responsável. Por essa razão pediu à Câmara mais apoio por achar que tem todo o direito, mesmo que outros fiquem prejudicados.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que a escola primária de Vila Nova está em péssimas condições de segurança e não tem casas de banho. O estado desta escola é uma vergonha para o concelho de Montalegre. Solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que passasse na escola para se inteirar da situação e arranjar uma solução urgente para este problema. Falou também do abastecimento de água a Sidrós e Vila Nova, dizendo que viu há poucos dias o que se via há 20 ou 30 anos, as pessoas a irem com o cântaro à fonte. A Câmara devia arranjar aquela conduta. Disse ainda que, na sua opinião, os contadores da água deviam estar virados para o lado de fora, tal como estão actualmente os contadores da EDP, já que se desconfia de candonga. Soube que foi comprada, pela Câmara, uma casa para alargamento de uma rua, pergunta quando é que se vai alargar a rua porque existe outra casa no mesmo alinhamento que não foi comprada.

O deputado António Afonso Azevedo, Presidente da Junta de Freguesia de Fervidelas, informou o senhor Presidente da Câmara de que a estrada de Lamas a Fervidelas está em muito mau estado e que é necessário repará-la urgentemente.

O deputado Paulo Barroso, Presidente da Junta de Freguesia de Tourém, alertou a Câmara no sentido de se fazer uma alteração ao regulamento do comércio, principalmente para as zonas de fronteira. Disse ainda que Tourém é visitado por muitas pessoas ao fim de semana e não há condições para albergar tanta gente. Terminou dizendo, em tom irónico, que o dinheiro que algumas pessoas dizem que se esbanja podia ser canalizado para Tourém.

O deputado Joaquim Pires, Presidente da Assembleia Municipal, disse que existe uma oficina na rua Victor Branco que dá muito mau aspecto à vila. Disse que deve haver um mecanismo para se poder retirar a oficina daquele sítio.

O deputado Manuel Duarte falou da distribuição domiciliária do correio e disse que na altura se fez um cavalo de batalha, veio a televisão e tudo ficou como estava. Disse que tinha conhecimento de alguns colegas que andavam de criados dos CTT, que têm milhares de contos em lucros e têm a obrigação de prestar um serviço eficaz. Disse que há a máxima urgência no Plano de Ordenamento das Albufeiras porque se estão a correr riscos desnecessários e há investimentos que precisam de ser feitos. Disse também que a zona do cruzamento de S. Vicente é muito procurada para construção, mas está destinada a proteger as espécies equíferas. Na sua opinião o PDM deveria ser alterado. Finalmente disse que ficou contente por ver o Presidente da Junta de Freguesia de Salto

a reivindicar algumas obras e reforçou dizendo que a Associação Humanitária dos Bombeiros de Salto é uma instituição que deve ser apoiada ao máximo.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder aos interpelantes.

O Senhor Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção dizendo que se tinha dado nesta sessão, uma resposta cabal das ambições do Executivo para o futuro.

Ao deputado Acácio Gonçalves disse que é sua função criticar aquilo que se faz. Disse que este tinha chamado a atenção para algumas coisas onde reconhece que tem alguma razão, mas outras não tem razão nenhuma. Em relação ao saneamento de Meixedo disse que não começou assim há tanto tempo, só se iniciou no verão e há obras que se concluíram muito rápido e deu como exemplo a estrada da Lama da Missa. Relativamente às obras do castelo disse que toda a iluminação da vila é uma componente da obra zona envolvente do castelo, assim como os muros do Bairro do castelo e todos os arruamentos da zona envolvente. Na obra do castelo propriamente dita, há problemas de articulação com o IPPAR e também há falhas por parte do empreiteiro, mas a culpa não é toda dele. O IPPAR é muito rigoroso e pensa que tem sempre os melhores projectos, embora nem sempre agradem pelo aspecto exterior. Não há grandes atrasos nas obras, o que existe são várias empreitadas e trabalhos a mais. Quanto às obras da variante e ao Parque de Penedones estão a decorrer a um ritmo mais ou menos bom. Informou que o acordo com o Eng<sup>o</sup> João Moutinho está muito bem descrito na informação que foi dada à Câmara e está muito bem explícito na acta. Em relação à estrada do Barracão a Morgade, concorda que deve ser feita mas que não era prioridade sobre a de Serraquinhos, nem sobre a de Paradela. Por enquanto só será feita a manutenção.

Ao deputado José Rodrigues disse que mantinha aquilo que afirmou publicamente sobre a Pista Automóvel. Disse que não tinha só o direito de a fazer, que era uma obrigação porque foi uma promessa eleitoral. Disse ainda que este Executivo ia continuar a decidir e que ia ser feita a pista de velocidade. Fizeram-se muitas obras e se a Câmara ouvisse o PSD e alguma opinião pública não teriam sido obras como a do Torrão da Veiga, a rua do Salgado, a Casa do Capitão, a rotunda da Pipela e a rotunda da Lama do Moinho, porque o PSD foi contra essas iniciativas.

Ao deputado Rogério Borrallheiro disse que foram feitas terraplanagens do loteamento industrial de Salto que valorizaram mais os terrenos. Gastaram-se milhares de contos e poupou-se dinheiro aos investidores porque os terrenos estão prontos a construir. Em relação à Feira da Vitela disse que há espécies a promover e espécies a proteger. A protecção das espécies é da responsabilidade do Estado, a promoção é da competência do Município que deve promover aquilo que dá lucro no imediato e no futuro. Pensa que o gado barrosão também deve ser promovido, mas só representa 10% da produção agro-pecuária. A grande fatia a explorar são os restantes 90%. Informou ainda que foi feito um protocolo entre a Câmara e a Cooperativa para a realização da Feira da Vitela em que a Câmara colabora com o pessoal e paga 5.000 contos, cabendo a candidatura ao III QCA à Cooperativa para obter a parte restante.

Ao Presidente da Junta de Freguesia de Salto e sobre as casas da Borralha, disse que o regulamento estava pronto e que a Câmara vai ceder as casas àqueles que as ocupam desde o início e vai vender outras. E que irá intervir nas infra-estruturas.

Em relação ao Quartel dos Bombeiros de Salto, o Senhor Presidente informou que a Câmara comprou o terreno e fez o projecto ainda quando o Dr. Pires era Presidente da Câmara. E explicou que a obra foi a concurso e custava 180 mil contos e era necessário arranjar 100 mil contos. A Direcção nunca apareceu na Câmara para se tentar resolver a situação. Disse ainda que a estrada de Linharelhos - Salto é uma necessidade e vai ter que ser feita. Relativamente aos apoios ao Grupo Desportivo de Salto disse que a Câmara não vai dirigir o futebol mas que apoia e reconhece muito o esforço que fazem os atletas e os dirigentes e garantiu que as infraestruturas serão sempre apoiadas. Finalizou dizendo que fez mais esta Câmara e o actual Presidente da Junta de Salto nestes últimos anos do que se fez em Salto toda a vida.

À deputada Guilhermina Costa disse que a Câmara não está disposta a fazer as obras na casa dos magistrados. Mas se o Ministério da Justiça estiver disposto a arcar com as despesas, a Câmara faz a obra e dirige os trabalhos.

Ao deputado José Coelho disse que a fossa de que falou é pública e não é só do restaurante Sol e Chuva. Em relação aos contadores em Viade nunca foi dito que não existia pedido na Câmara para os colocar, o que se disse foi que não há condições para pôr contadores de água porque a rede tem de ser toda remodelada. E para mais os consumidores ainda não aceitaram fazer contratos com a Câmara.

Ao deputado António Ferreira disse que a estrada do rio vai ter uma reparação com o apoio dos Fundos Comunitários. Disse ainda que o projecto não foi o mais adequado para a zona, assim como os materiais utilizados.

Ao deputado Fernando Calvão disse que as pessoas devem ter a noção da dimensão e que ninguém gostaria de ver o Parque de Exposições como um elefante branco. O sítio escolhido pode não ser o ideal mas, a seguir ao Cerrado, é o melhor. Disse que gostava que lhe dissessem onde devia ser, e que pensassem qual seria o destino do comércio da vila se saísse daqui a feira e a animação cultural e desportiva. Disse ainda que esta obra vai ser o centro cívico do concelho; depois da obra do castelo é o projecto mais importante de Montalegre. Vai ser um orgulho para os Barrosões.

Ao deputado Ricardo Moura disse-lhe que viria a Montalegre uma empresa com técnicos credenciados, a quem foi adjudicado o projecto para fazer um estudo sobre o ecomuseu. Quanto ao Parque Eólico no Larouco disse que estava fora de questão, mas pensa que deve haver equilíbrio porque a Junta de Freguesia de Padornelos foi privada de gozar alguns rendimentos. Quanto ao apoio domiciliário, disse que algumas freguesias, como Cabril, Cervos e Vila da Ponte, já o têm e não foi necessário verbas de parques eólicos. É preciso ter necessidade e formar as instituições competentes, o que ainda não aconteceu em Padornelos.

Ao deputado Domingos Vasconcelos disse que inicialmente se tinha pensado em fazer uma nova escola, entretanto apareceu a rede escolar e o ordenamento aponta noutro sentido. Concordou com o deputado e disse que a situação iria ser resolvida, nem que

fosse só provisoriamente. Em relação ao abastecimento de água disse que a Câmara tem feito a fiscalização. As pessoas denunciam mas quando se lhes pede para seguir em frente recuam porque não querem chatices com ninguém.

Ao Presidente da Junta de Freguesia de Fervidelas disse que ia fazer a manutenção da estrada de Lamas para se poder lá passar em melhores condições.

Ao Presidente da Junta de Freguesia de Tourém disse que se o dinheiro não chega a Tourém, chegam as obras, e é isso que interessa.

Ao deputado Joaquim Pires disse que existe um conflito entre o proprietário e o inquilino da garagem que referiu na sua intervenção. Disse que teve esperança que depois do incêndio viesse algum dos proprietários à Câmara, mas até à data não apareceu ninguém.

Ao deputado Manuel Duarte disse que ninguém devia fazer favores aos CTT, as Juntas de Freguesia devem reclamar junto dessa instituição assim como as populações. Em relação à alteração prevista para o PDM pediu para que não se criassem ilusões porque a alteração que vai ser feita não vai permitir que as pessoas construam em qualquer sítio.

Finda a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Domingos Vasconcelos, Acácio Gonçalves e José Rodrigues.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que a fiscalização aos contadores de água só pode ser feita se as pessoas permitirem a entrada do fiscal dentro das suas casas, local onde a maioria dos contadores estão colocados.

O deputado Acácio Gonçalves disse que não tenta chamar à Assembleia os direitos que ela não tem. Disse que só faz a sua interpretação e depois é mal entendido. Disse ainda que fiscalizava não a obra mas sim o tempo que, em seu entender, é longo.

O deputado José Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa para ser transcrito na acta:

"Pista Automóvel

É uma aberração. É um absurdo. Explico:

Em finais do século XVIII/inícios do século XIX houve um economista célebre, que liderou a teoria económica durante bastante tempo com a chamada teoria das vantagens comparativas que diz mais ou menos que cada país, neste caso, concelho, deve especializar-se nos produtos em que tem uma dotação de factores relativamente abundante. Isto há cerca de 200 anos. Em termos práticos não há aqui novidade nenhuma. Concretamente, quer dizer que Montalegre deveria apostar no seu ruralismo, no turismo etnográfico, nas actividades complementares à natureza, à agro-pecuária e por aí adiante. Nunca uma infra-estrutura poluente, prejudicial ao ambiente e à paisagem. Portanto, é uma questão de princípio. O Senhor Presidente e os colegas da bancada do PS podem-se esforçar por justificar o injustificável. Aparentemente, e dando ouvidos ao que se diz, a única justificação para a Pista Automóvel é o facto de o

Presidente da Câmara ter um familiar que gosta de correr em automóveis. No fundo é um capricho, uma invenção, que vai custar, não se sabe quanto mas no qual, segundo palavras do Senhor Presidente, já custou 400 mil contos ao orçamento camarário.

E vêm aí as cenas dos próximos episódios.”

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara sobre a questão da pista disse ao deputado José Rodrigues que o desenvolvimento do concelho se deve fazer em várias vertentes e não devemos estar prisioneiros de conceitos do século XVIII, provando assim a estagnação do PSD, que vive, afinal, com 200 anos de atraso. As críticas sobre a pista são completamente disparatadas, como foram em relação à Feira do Fumeiro e a outras iniciativas que deviam unir os Barrosões, mas que o PSD, apenas por fanatismo criticou. Como sabem, a pista foi iniciada pelo Dr. Pires. Este Executivo assumiu a sua construção perante o eleitorado na campanha. E isso ficou escrito. Ora, não há só o direito de fazer a pista, há essa obrigação. Afirmou que irá cumpri-la. Disse que não era amante da modalidade, nem que iria fazê-la por birra. E seria cordial que o PSD pensasse que esta Câmara ganhou as eleições e que deve cumprir o que promete. E no final há o julgamento do povo. Referiu que não vão existir dúvidas e que a opinião pública vai reconhecer o grande cartaz que foi criado para o Barroso. Quando os espanhóis mostrarem o que querem fazer aqui na linha de fronteira, talvez o PSD tenha vergonha do que disse, porque já não tem olhos para ver nem coragem para reconhecer aquilo que já é um sucesso na região e, diga-se, invejado por muitos. O PSD está é admirado com a capacidade de realização desta Câmara. Isto é, como é que se faz tanta obra por todo o lado e ainda se fez mais uma pista automóvel com tamanho impacto regional e até nacional. Referiu que as verbas apresentadas pelo deputado José Rodrigues são manipulação e especulação de números. Como a pista foi feita na sua grande parte pelo pessoal e máquinas da Câmara, o Senhor Presidente referiu que lhe fica a satisfação de ver aqui a grande contradição do PSD: As obras por administração directa não são favoráveis para a Câmara, porque o pessoal trabalha pouco, diz o PSD. Agora dizem os mesmos senhores, implicitamente, o contrário – que vale a pena fazer obras por administração directa e que o pessoal da Câmara produz muito.

## **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. Actividade e Situação Financeira da Autarquia**

O Senhor Presidente da Câmara explicou, através de um relatório e outros documentos, a Actividade e a Situação Financeira da Autarquia referente ao período que decorreu desde a última sessão até à presente data.

Inscreveram-se para intervir os deputados José Rodrigues, Acácio Gonçalves, Rogério Borrallheiro, Fernando Calvão e Joaquim Pires.

O deputado José Rodrigues disse que, em relação à sede da PESL, não foi feito aquilo que se tinha dito. O combinado foi que a sede desta empresa seria em Montalegre e não em Lisboa.

O deputado Acácio Gonçalves falou da dívida da Câmara e disse que deve haver mais transparência porque há rubricas onde aparece dinheiro gasto e não se sabe onde, como

é o caso da conservação da rede viária, Protecção Civil e Quartel dos Bombeiros de Salto.

O deputado Rogério Borrallheiro afirmou que afinal há oposição na Assembleia porque a maioria dos deputados inscritos para falar sobre este assunto são do PSD. Em relação às receitas e despesas da Câmara, do ponto de vista global, o deputado lembrou que cerca de 90% das receitas resultam do Estado e apenas 10% são receitas próprias (multas, coimas, contribuição autárquica, Albadia, etc). O Presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte, Dr. Braga da Cruz, alertou para o facto de as transferências da União Europeia acabarem daqui a seis anos. Se assim acontecer teremos de arranjar um modo de gerar receitas próprias que poderá passar pela energia eólica, pela Pista Automóvel e pela Feira do Fumeiro. No seu entender, é má política serem grátis os treinos na Pista, assim como as pessoas que expõe os seus produtos na Feira do Fumeiro, que devem pagar os espaços que ocupam. Em relação ao Torrão da Veiga disse que é invadido por multidões todos os fins de semana que trazem a marmita e não procuram os cafés nem os restaurantes da vila. Defende ainda que se deve optar pela qualidade em detrimento da quantidade. No seu entender, o Torrão da Veiga não veio beneficiar, pelo menos na dimensão que se lhe quer dar. Apesar disso, a nível de equipamentos desportivos, pensa que está bem.

O deputado Fernando Calvão disse que 313 mil contos gastos em despesas correntes é demasiado. Referiu que existem leis neste país que deviam ser alteradas, porque custalhe muito ver autarcas reformados a acumular funções, apesar de toda essa situação ser legal. Não se justifica que haja ordenados superiores ao do Primeiro Ministro. As despesas com pessoal são enormes e depois falta dinheiro nas aldeias. Em relação à dívida a empreiteiros e fornecedores disse que é muito elevada. A Câmara deve pagar atempadamente porque há empresas que se vêem aflitas com estes atrasos. Disse ainda que há uma proliferação exagerada de tapete no centro das aldeias. Quanto ao loteamento da Cooperativa disse que é uma entidade particular e não lhe parece bem o apoio dado pela Câmara porque há carências nas freguesias. Lembrou a subida efectiva nas taxas de juro, o que pode comprometer a capacidade de realização de obras por parte da Câmara, e que passará a depender do Banco Alemão. Terminou a sua intervenção, afirmando que são muitas as viaturas que estão a ser adquiridas pela Câmara e que os encargos com o leasing são substanciais. Ironizou, dizendo que não se sabe se estas aquisições serão para rentabilizar a pista automóvel.

O deputado Joaquim Pires congratulou-se com a renegociação das rendas com a EDP. Informou que a Câmara conseguiu que a Associação Nacional de Municípios Portugueses se interessasse por este assunto e encetasse as negociações com a EDP.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder aos interpelantes que disse que o que foi apresentado é uma parte daquilo que se tem feito e no balancete aparecem as verbas concretas e referentes a cada acção. Sobre a PESL disse que se tinha definido quais as regras que se deviam exigir e algumas foram cumpridas. A sede social desta empresa é em Montalegre e não fazia sentido nenhum que os 20% do capital que cabe ao nosso concelho não fosse da AMAT, já que temos investimentos no Albadia. Em relação à dívida referiu que esta é elevada, mas não é nada que não se possa pagar. Recebemos 110 mil contos mensais e em seis meses conseguimos pagá-la. Por outro lado, informou

que existem obras que já foram pagas, mas ainda não se recebeu a verba correspondente. Em relação aos treinos na Pista, disse que ainda estávamos na fase dos rebuçados porque ainda não existem condições para tirar mais partido daquela infraestrutura. Relativamente ao Torrão da Veiga, disse que admitiu ser um bom investimento, mas terá que lhe ser dado outro aproveitamento. Em relação à acumulação de funções dos autarcas disse que o deputado Fernando Calvão perdeu uma boa oportunidade de estar calado já que essa lei muda-se na Assembleia da República e basta o PSD pretender. Mas como foi o PSD que a votou...Referiu que no seu caso pessoal, tem 36 anos de serviço e 36 anos de descontos. Referiu ainda que está reformado e a trabalhar na Câmara, mas que poderia estar noutra sítio qualquer a ganhar mais do que ganha na Câmara. Disse ainda que não está nem se vai reformar da política. Disse que era uma vergonha que se levantasse na Assembleia esta questão em jeito de inveja. Quanto à questão do tapete nas aldeias disse que não há calceteiros em Montalegre e se não fosse o tapete as pessoas continuavam a andar na lama. O loteamento da Cooperativa está em Plano e é uma ajuda que se dá a uma instituição. Relativamente à taxa de juro disse que não há bem que sempre dure, nem mal que nunca acabe. A taxa de juro subiu, mas não vai subir muito mais. A Câmara tinha o parque automóvel envelhecido e chegou-se à conclusão que era melhor investir em novo do que reparar o velho, pois existem autocarros já muito velhos, sendo urgente a sua substituição, assim como o camião Volvo.

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o deputado Fernando Calvão pediu uma segunda intervenção e disse que não tinha vergonha nenhuma de trazer à Assembleia qualquer assunto. Disse que não pessoalizou as questões, só se manifestou contra a Lei em geral.

A Assembleia tomou conhecimento.

## **2. Quadro de Pessoal**

O Senhor Presidente da Câmara explicou as alterações feitas ao Quadro de Pessoal. Não houve intervenções.

### **Deliberação:**

A proposta de alteração ao Quadro de Pessoal, foi aprovada por maioria com uma abstenção.

## **3. Derrama**

O Senhor Presidente da Câmara disse que a Derrama se justifica e tem de ser aplicada para obrigar a EDP a pagar mais por aquilo que produz no nosso concelho porque actualmente só paga 14 mil contos por ano.

Inscreveram-se para intervir os deputados Acácio Gonçalves, Domingos Vasconcelos, Guilhermina Costa e Fernando Calvão.

O senhor deputado Acácio Gonçalves disse que quando a Câmara colocou a acção à EDP a Lei era uma e depois de estar a decorrer o processo a Lei foi alterada, por isso o

Município tem de se valer dela. Actualmente a receita da Derrama é de 20 mil contos, mas no futuro será muito mais.

O senhor deputado Domingos Vasconcelos disse que a Câmara Municipal de Lisboa, apesar de não ter centros electroprodutores, recebe um milhão e setecentos mil contos da EDP sobre o aglomerado de funcionários. No caso concreto de Montalegre como a EDP não tem funcionários no nosso concelho, perguntou sobre o que é que a EDP vai pagar a Derrama.

A deputada Guilhermina Costa disse que concorda com a derrama porque vai buscar dinheiro para o Município, mas alertou para o facto de que as empresas do concelho de Montalegre não devem ter mais encargos e outras podem escolher outro Município para investir.

O deputado Fernando Calvão disse que todos estavam de acordo em forçar a EDP a pagar mais pela riqueza que gera aqui. Mas o PSD sempre disse que este não seria o melhor caminho porque as empresas pagam a Derrama sobre os salários. Disse ainda que o PSD não pode votar esta proposta favoravelmente, tal como se apresenta, e propõe que se estabeleça um plafond mínimo para algumas pessoas serem isentas.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder que disse que mal ía o concelho se a Câmara tivesse à frente pessoas como as que fizeram as anteriores declarações. Na sua opinião, em boa hora, se criou a Derrama porque é o argumento mais poderoso que a Câmara tem contra a EDP. Disse ainda que toda a gente sabe que não se pode criar a Derrama só para a EDP e excluir outras empresas. Concluiu, dizendo que a EDP não se esquiva à Derrama porque esta é dividida pelos concelhos que a declaram. Sendo assim, Montalegre não vai buscar mais dinheiro à EDP, mas sim a Lisboa e ao Porto que passam a receber menos.

#### **Deliberação:**

A proposta foi aprovada por maioria com seis abstenções.

#### **4. Taxa de Contribuição Autárquica**

O Senhor Presidente explicou este ponto à Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os senhores deputados Acácio Gonçalves e Fernando Calvão.

O Senhor Deputado Acácio Gonçalves disse que se congratulava por a Câmara ter reduzido a taxa de Contribuição Autárquica em 20%. Solicitou que a Câmara recomendasse à Comissão de Avaliação que avaliasse os prédios novos pelo seu valor real, porque quanto mais alta for a avaliação do prédio mais dinheiro entra nos cofres da Câmara através desta taxa.

O Senhor deputado Fernando Calvão disse que se a taxa penalizava os Municípios então, no seu entender, a redução deveria ser de 1%.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, disse que a carga fiscal é muito elevada e que a Câmara não tem coragem para fazer uma avaliação correcta porque obriga as pessoas a pagar mais.

**Deliberação:**

A proposta foi aprovada por maioria com um voto contra e sete abstenções.

**5. Estatutos da Associação Norte Cultural – Aprovação**

O Senhor Presidente informou a Assembleia sobre este assunto. Não houve inscrições.

**Deliberação:**

Os Estatutos da Associação Norte-Cultural foram aprovados por maioria com uma abstenção.

**6. Transporte de Alunos em Circuitos Especiais na Área do Concelho de Montalegre – Ano lectivo 2000-2001 – Concurso Público – Autorização**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Azevedo, Acácio Gonçalves e José Coelho.

O Senhor deputado António Azevedo disse que a Escola de Lamas fechou e os alunos que a frequentavam foram para a Escola dos Pisões. Alertou o Executivo para o facto de estes alunos saírem de casa muito cedo e só terem aulas às 8.30 ou 9.30 horas.

O Senhor deputado Acácio Gonçalves perguntou o que são circuitos especiais. Disse que geralmente este concurso é ganho pela Salamondetur que todos os anos arranja terceiros para fazer os transportes. Na sua opinião, devia haver uma cláusula no contrato que impedisse a empresa de fazer isso.

O deputado José Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Viade de Baixo, disse que os restaurantes ainda não têm conhecimento de que os alunos do Telhado vão lá almoçar.

O senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que circuitos normais são aqueles que são feitos pelas carreiras públicas, todos os outros são circuitos especiais que têm de ir a concurso público. Na sua opinião, o facto de haver uma empresa que assume o serviço é benéfico para a autarquia porque senão teria de se fazer o ajuste directo com diversos servidores, o que acarretaria custos mais elevados. Disse ainda que houve alguma rivalidade entre a Rodoviária e a Salamondetur porque esta baixou os preços, mas que isso não pode acontecer em detrimento da segurança e do conforto dos alunos. Finalizou apelando às pessoas que denunciasses a insegurança nos transportes escolares para se tomarem as medidas legais.

**Deliberação:**

Os transportes dos alunos em regime especial na área do Concelho de Montalegre, no ano lectivo de 2000 – 2001 foram aprovados por maioria com uma abstenção.

**PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA**

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir. De seguida, foi lida, em voz alta a minuta desta acta que, posta a discussão e votação foi aprovada por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia, por não haver nada mais a tratar, encerrou a sessão.

No prazo legal justificam as faltas os senhores Manuel António Silva Carvalho, Augusto Álvares Pereira de Medeiros, Duarte João Liberal Calhelha, António Fernandes Moura, Francisco Lopes de Freitas, António José Silva Carvalho, Pedro Jorge Pias Canedo, João Gonçalves Surreira, João Escaleira Gonçalves, José Miranda Alves, José Carlos Seara, Domingos José dos Santos, Domingos Pires de Moura, António Gregório Azevedo Dias, Manuel Lopes Alves, Manuel Lopes Júnior e João Batista Verde.

O Presidente da Assembleia

O 1º Secretário

O 2º Secretário